



Cidade de Lisboa

**Grandes Opções do Plano, Revisão do Plano Director
Municipal, Reestruturação dos Serviços Municipais
RAZÕES PARA O PCP VOTAR CONTRA**

A negação de uma política de solos para a cidade, a efectivação de uma administração do património municipal centrada unicamente na gestão orçamental dos ciclos eleitorais, o desmantelamento de serviços municipais básicos e essenciais às populações, a falta de transparência, clareza e coerência programática, marcam de forma irremediável a proposta de **Orçamento 2011 e Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2011-2014**.

Os documentos apresentados mais não são, aliás, do que o corolário lógico de uma concepção de poder local fundada unicamente no seu enfraquecimento. As recentes propostas de **revisão do PDM** e de **Reestruturação dos Serviços Municipais** apresentadas pelo executivo de António Costa, já haviam claramente denunciado esta estratégia que se centra basicamente em quatro vectores: fragilização do papel regulador da autarquia, desvalorização do planeamento urbanístico, desmantelamento dos serviços e funções essenciais do poder autárquico, enfraquecimento do poder político das estruturas democraticamente eleitas.

1. As Grandes Opções do Plano e o Orçamento 2011

Efectivamente, a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano apresentadas assentam em duas grandes operações de venda de património municipal: **a venda de terrenos municipais no valor de 292 milhões de euros a um Fundo de Investimento Imobiliário; a venda das infra-estruturas de saneamento municipal à EPAL pelo valor de 100 milhões de euros.**

As duas operações, a realizarem-se, serão aplicadas, dizem-nos, na **amortização de Passivos Financeiros**, ou seja, na amortização da dívida relativa a Empréstimos de médio e Longo Prazo obtidos (164 milhões de euros) e na amortização de Outros Passivos (189,5 Milhões de euros). Serão ainda aplicados 73 milhões de euros no próprio **Fundo de Investimento Imobiliário**, ficando o município com uma posição de 25% na repartição de eventuais custos das operações inerentes, e nos prejuízos ou lucros finais da operação.

Desconhecemos o conteúdo objectivo desses “Outros Passivos” muito embora tenhamos solicitado por escrito, a listagem exaustiva dos mesmos. Terão sobretudo a ver com os acordos de pagamentos negociados com fornecedores, com a APL, com a PARQUE EXPO e SIMTEJO. Desconhecemos a maior parte dos acordos celebrados mas terão sido todos feitos em excelentes condições, segundo foi então afirmado. Foi, aliás, bandeira eleitoral de António Costa nas eleições de 2009, a consolidação da dívida municipal.

Desconhecemos também quais os terrenos municipais que serão afectos a esse Fundo de Investimento Imobiliário. Foi-nos unicamente apresentada uma pequena listagem de 16 terrenos, cujo valor fundiário corresponde, quanto muito, a um terço do valor total dos terrenos alienar. Os restantes terrenos aguardam pela aprovação da revisão do PDM e de alguns Planos de Pormenor ou operações de loteamento para fixação do seu potencial de edificabilidade e conseqüente preço. **Mas ninguém nega que, do conjunto destes terrenos, fazem parte instalações de serviços municipais cujo processo de reestruturação em curso visa desmantelar.**

Desconhecemos ainda os contornos do negócio com a EPAL. Sabemos contudo que a tão anunciada concessão dos serviços de Saneamento passa pela efectiva venda das infra-estruturas municipais de saneamento por 100 milhões de euros, pela transferência das receitas municipais relativas à taxa de conservação de esgotos e tarifa de saneamento para a EPAL (no valor de 50 milhões de euros/ano). Como contrapartida, a EPAL tomará a nossa posição de cliente na SIMTEJO arcando com despesas anuais na ordem dos 25 milhões de euros e realizará os investimentos previstos no Plano de Drenagem da Cidade (160 milhões de euros a realizar-se durante os próximos 10 anos:16 milhões/ano). A transferência dos trabalhadores do município para a EPAL é um assunto que ainda está em aberto, desconhecendo-se os seus custos anuais. Aguardaremos pela proposta de negócio final para esmiuçá-lo.

Caso estes dois negócios não se efectivem, a proposta de Orçamento e GOP apresentada terá um **deficit de 52 milhões de euros** entre as Receitas e as Despesas previstas. Necessariamente, diversas acções e projectos anunciados para 2011 terão de ser “congeladas”.

2. Estratégia Eleitoral de António Costa

Quando o país e o mundo enfrentam uma das maiores crises económicas de sempre, onde a responsabilidade dos sectores imobiliário e financeiro é unanimemente reconhecida, é política deste município vender terrenos municipais “por atacado” a um hipotético Fundo de Investimentos Imobiliário, para amortizar dívida consolidada, negociada anteriormente em excelentes condições.

A explicação para semelhante opção terá unicamente a ver com a necessidade de libertar fundos para investimentos futuros, dizem-nos. Nos próximos anos, o peso do serviço de dívida nos Orçamentos Municipais seria excessivo, impossibilitando o município de concretizar outros projectos. Há que amortizar a dívida, o quanto antes. Através destas operações, a concretizarem-se, o

município libertará fundos na ordem dos 50 milhões/ano, nos próximos dois anos, dizem-nos.

Tudo isto nos é dito. Nada é declarado por escrito, nenhuma opção é demonstrada com ciência. O Orçamento e Grandes Opções do Plano são, aliás, totalmente omissos relativamente às suas principais opções. Basta ler atentamente as Grandes Opções do Plano 2011-2014 (páginas 3 a 50) e compará-las com as Grandes Opções do Plano 2010-2013 para verificar que a prosa pouco ou nada mudou. O próprio Plano de Actividades 2011 (páginas 85 a 123) é em quase tudo semelhante ao de 2010, **passando por cima de questões tão relevantes como a concessão/alienação do Saneamento Municipal ou a criação de um Fundo de Investimento Imobiliário.**

A situação é de tal forma gritante que a participação no Fundo de Investimentos Imobiliário (FII) representa cerca de 27,8% do total do investimento previsto para 2011 e sobre ele não se escreve uma única linha. Mantém-se contudo a prosa relativa ao Fundo Municipal de Urbanização, previsto em 2010 e na própria revisão do PDM, cujos objectivos nada têm a ver com o FII sendo sob diversos aspectos diametralmente opostos. Mas no Quadro relativo ao Objectivo 05 – Política de Solos e Gestão Patrimonial (página 151) o que consta é o Fundo Imobiliário. Em 2010 constava o Fundo Municipal de Urbanização. Trata-se portanto de um equívoco premeditado.

A falta de transparência destes documentos, a ausência de explicações ou de demonstrações para os números apresentados e, em muitos casos, a inadequação ou mesmo contradição total entre as políticas anunciadas e os quadros e números apresentados, é de tal forma gritante que só pode ter uma leitura política clara: total falta de rigor e consideração pelos órgãos autárquicos municipais que aprovarão estes documentos bem como pelos munícipes em geral.

Mas nem por isso deixamos de compreender o objectivo político destas operações: libertação de fundos com impactos orçamentais nos próximos dois anos anteriores às eleições autárquicas em 2013.

3. Ausência de investimento produtivo na cidade

Mas libertar fundos para fazer objectivamente o quê? Que novos investimentos estão em causa? Esta é uma questão que os documentos não esclarecem. O Plano Plurianual de Investimentos (páginas 51 a 83), é o único documento previsional apresentado e prevê uma quebra acentuada na aquisição de bens de investimento nos próximos anos.

- De 186,8 Milhões de euros em 2011, passamos para
- 180,7 Milhões em 2012,
- 140 Milhões em 2013 e
- 80 Milhões em 2014

Falamos, aliás, de um documento pouco credível, carregado de valores infundados ou mesmo incorrectos. Mas é o único documento previsional que nos foi apresentado e a responsabilidade pela sua elaboração é inteiramente daqueles que apresentaram estas políticas.

Basta verificar que, muito embora a operação de venda do Saneamento à EPAL esteja prevista no orçamento da Receita, no Plano Plurianual de Investimentos 2011-2014 mantêm-se investimentos no Plano Geral de Drenagem e na Conservação da Rede de Esgotos no valor total de 42,3 Milhões de euros (páginas 76 e 77). Obviamente que estes valores, empolam os valores previsionais do investimento total para 2012, 2013 e 2014 não tendo contudo qualquer fundamento.

Se no caso do Saneamento estamos perante um erro grosseiro, noutros objectivos das Grandes Opções do Plano, a diminuição do Investimento previsual é claramente assumida:

- O tão anunciado programa **Eixos Urbanos**, embora se mantenha na prosa do Plano de Actividades, desaparece objectivamente do PPI;
- No programa Bairros de Intervenção Prioritária, desaparece a acção **Requalificação do Bairro Padre Cruz**, apesar dos compromissos assumidos com as populações e das avultadas verbas necessárias;
- O Programa **Acessibilidade Local** só tem previsão de verba até 2012
- Para o objectivo **Re-Habitar** só estão previstos investimentos no valor global de 42,3 milhões de euros para o quadriénio 2010-2013. Em 2010 a previsão de investimento para o quadriénio era de 72,4 milhões não se tendo realizado praticamente investimento em 2010.

Muitos outros exemplos poderiam ser enunciados.

5. É urgente outra política para a cidade

Que cidade é esta que António Costa pretende construir? Quais as políticas preconizadas que apontam para a regulação do mercado imobiliário, para o controle o preço da habitação em Lisboa, para a fixação de novos habitantes, para a diversificação da base produtiva da cidade, para a melhoria dos serviços públicos, para a qualificação dos equipamentos e espaços públicos da cidade?

Não é certamente da proposta de revisão do PDM, na proposta de reorganização dos serviços e destas Grandes Opções do Plano que essa cidade surgirá.

Lisboa, 15.12.2010